



MANIFESTO DO INSTITUTO “TODOS PELO RIO” PELA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Instituto **Todos Pelo Rio**, inscrito no CNPJ sob o n. 59.642.229/0001-72, no exercício de seus objetivos, diretamente comprometido com o desenvolvimento econômico, social e cultural do nosso estado do Rio de Janeiro, e como entidade que reúne diversos segmentos do setor produtivo fluminense, manifesta-se, por meio deste, frente ao preocupante cenário de guerra urbana que atinge a todos nós, diariamente.

A população fluminense, não de hoje, se vê cada vez mais cerceada em seu direito básico à segurança – conforme preceitua nossa Constituição, responsabilidade direta do Estado, incluindo Municípios, Estados e União Federal –, estruturado sobre os pilares dos **Três Poderes da República**, que devem atuar de forma independente e harmônica entre si.

Em estrita observância à realidade vivida no Rio de Janeiro, por diversas vezes já manifestada por tantas outras Entidades representativas da sociedade civil, precisamos trazer à luz a **RAIZ** dos males que nos afligem.

Tende-se, quase que em cenário de total isolamento de responsabilidade, a se atribuir a culpa pelo acintoso agravamento na insegurança experimentada pelos cidadãos ao Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro, à Cúpula da Segurança Pública e aos seus agentes (policiais civis e militares).

As Forças de Segurança do nosso Estado, por mais corajosas, preparadas e comprometidas com o desempenho da atribuição que lhes cabe, veem seus esforços reduzidos, diariamente, ao que, no jargão popular, se tornou conhecido como **“enxugar gelo”**, ao arriscarem suas vidas em defesa da sociedade, numa árdua missão de caça aos criminosos que insistem em afrontar os poderes do Estado Democrático de Direito.

Criminosos esses que, capturados e presos, geralmente em menos de 24 horas são postos de novo em liberdade, usurpando o direito à livre circulação dos cidadãos e até mesmo a vida de inocentes, disseminando o medo e a certeza da impunidade; afastando investimentos e empregos; reduzindo a arrecadação de tributos e limitando, conseqüentemente, a capacidade do Estado de assumir plenamente suas obrigações com a sociedade.

Vivemos um verdadeiro círculo vicioso, numa espiral descendente, que não nos permite vislumbrar melhoria adiante.

A reflexão que nos cabe fazer e levar à população, já exausta e coagida, é quanto à **divisão das responsabilidades e papéis** em que cada **Poder** e autoridade constituída tem obrigação de atuar.

Recentes entrevistas de vídeos divulgadas nas redes sociais têm levado à população o já conhecido e nefasto procedimento judicial nominado como **“Audiência de Custódia”**.

Não bastassem todos os direitos assegurados aos criminosos, a exemplo do “auxílio-reclusão”; das “visitas íntimas”; da “progressão de regime” e das conhecidas “saidinhas”, a vigência dessas **“Audiências de Custódia”** tem se mostrado extremamente danosa àqueles para quem o Estado deveria priorizar seu empenho, lealdade e atenção: a sociedade de bem, a população que não se permite viver à margem da lei, que se esmera a viver com retidão, honestidade e integridade, do fruto de seu labor.

A inversão de valores impregnada, baseada na “garantia dos direitos fundamentais”, esqueceu-se de que tais direitos têm sido assegurados somente aos criminosos, em detrimento da maior parcela da sociedade brasileira, de todos os níveis sociais e com maior gravidade para os que se encontram em áreas de maior vulnerabilidade e risco.

Questionamos a razoabilidade de, conforme recente entrevista concedida pela cúpula das Forças



de Segurança do nosso Estado, ter-se permitido o retorno à liberdade de criminosos com **184 passagens** pela polícia, como foi o caso do “maior ladrão de carros” do Rio de Janeiro, ou pelo retorno ao convívio social do criminoso com **55 passagens** pela polícia, responsável pelo ataque à 60ª DP, no último fim de semana (17/02/2024), beneficiado pela famigerada “saidinha”, ou, ainda, do criminoso que, junto com seu comparsa, acumulava **108 passagens** pela polícia, sendo a última menos de 24 horas antes do assassinato por ele cometido, em Copacabana, contra o jovem estudante de 25 anos que veio ao Rio assistir ao show da cantora Taylor Swift.

Até quando a sociedade civil vai se calar e aceitar essa intolerável, ultrajante, vergonhosa e abominável condescendência com os criminosos que “aprisionam” desde os mais vulneráveis moradores de comunidades e entornos – atrás de barricadas, verdadeiras fortalezas do crime, ainda mais poderosas após a instituição da não mais suportável ADPF 635 – aos “moradores do asfalto”, todos merecedores de respeito, dignidade e proteção do Estado.

A sociedade civil se manifesta e exige um **BASTA REAL!** Sem mais adiamentos!

Conclamamos o **Congresso Nacional** para a prioridade na votação dos projetos legislativos que acabem com a impunidade e a vívida sensação de que o “crime compensa”.

Conclamamos o **Poder Judiciário** à sensibilidade quanto à grave ameaça de dar liberdade a criminosos de alta periculosidade, aos reincidentes, aos traficantes e líderes de comandos do crime organizado, os quais se sentem, cada vez mais, seguros de sua não punibilidade.

Conclamamos, também, o **Conselho Nacional de Justiça**, a quem coube estabelecer o procedimento da “Audiência de Custódia”, à revisão da atual determinação – ainda que tenha sido estabelecida de forma bem-intencionada –, dados os alarmantes e claros malefícios por esta causados.

Entendemos que, no atual estágio de recrudescimento da criminalidade e violência, faz-se necessário o emprego de toda força e recursos legais disponíveis pelo Estado, visando a retomada do direito à segurança e liberdade.

Confiamos e apoiamos, de forma veemente, a atual Cúpula da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em sua tecnicidade, preparo, competência e profissionalismo, assim como exaltamos a coragem e comprometimento de toda a sua tropa.

Como consequência do bom desempenho no combate ao crime organizado, tem-se visto o orquestrar de ações terroristas, que tão somente visam promover o caos e a barbárie covarde, como tentativa de desestabilização do consistente e estruturado trabalho que vem sendo realizado.

Acreditamos no nosso Estado do Rio de Janeiro, em seu povo e no trabalho.

Com consistência e resiliência, o Rio de Janeiro voltará à sua merecida e tão desejada paz.

Assinam este manifesto as entidades abaixo representadas.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.



